



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**  
**GABINETE DO VEREADOR OCTAVIO**  
**SAMPAIO**

**LIDO**

EM: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

2º SECRETÁRIO

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO**  
**PROTOCOLO LEGISLATIVO**  
**PROCESSO Nº 3431/2024**

SOLICITA AO EXECUTIVO MUNICIPAL INFORMAÇÕES DETALHADAS ACERCA DO ATRASO NO REPASSE DE RECURSOS ÀS ESCOLAS DA REDE CONVENIADA.

O Vereador Octavio Sampaio infra-assinado, satisfeitas as formalidades regimentais, com base no inciso XIV do Art. 78 da LOM, solicita à Prefeitura Municipal de Petrópolis e à Secretaria de Educação informações detalhadas acerca do atraso no repasse de recursos às escolas da rede conveniada.

Considerando os relatos de atraso nos repasses financeiros que comprometem o funcionamento das escolas da rede conveniada, o parlamentar requer as seguintes informações:

1. Qual o motivo do atraso no repasse de recursos às escolas da rede conveniada?
2. Quando será regularizado o repasse pendente às escolas conveniadas?
3. Existe um cronograma de pagamentos a ser seguido para evitar novos atrasos? Se sim, fornecer o cronograma detalhado.
4. O atraso nos repasses coloca em risco a continuidade dos serviços prestados pelas escolas conveniadas?
5. Há risco de paralisação dos profissionais vinculados às escolas conveniadas devido à falta de recursos financeiros?
6. Quais medidas estão sendo adotadas pela Prefeitura e pela Secretaria de Educação para garantir a regularidade dos repasses e assegurar a continuidade dos serviços oferecidos pelas escolas conveniadas?

**JUSTIFICATIVA**

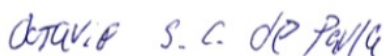
A atividade do Vereador contempla não só a função legislativa, mas também o exercício da fiscalização e controle externo da legalidade e adequação dos

atos praticados pelo Poder Executivo, tal como se infere pelo Art. 31 §1º da CRFB/88 e Arts. 67 e 78 XIV da LOM.

O presente requerimento de informações encontra-se dentro da função fiscalizatória atribuída ao Poder Legislativo Municipal e visa obter esclarecimentos sobre o atraso no repasse de recursos às escolas da rede conveniada. Este atraso pode comprometer a continuidade dos serviços prestados por essas instituições, além de afetar a qualidade da educação oferecida aos alunos.

Diante da gravidade dos relatos e da urgência em garantir a regularidade desses repasses, o Poder Legislativo, ciente de seu ônus constitucional fiscalizatório, solicita que as informações e documentos supramencionados sejam fornecidos no prazo máximo de vinte dias, conforme previsto no Art. 78 XIV da LOM c/c Art. 11 §1º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011).

Sala das Sessões, 17 de setembro de 2024



**OCTAVIO SAMPAIO**  
Vereador